

**A INSERÇÃO DE DEBATES SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS QUE
INCLUAM EFETIVAMENTE O TEMA TRANSVERSAL GÊNERO E
SEXUALIDADE NO CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA**

Ramon Santos Mariano

Estudante IFMG - *Campus* Bambuí

mariano.ramon92@gmail.com

Leandro Antônio de Andrade

Professor Substituto IFMG - *Campus* Bambuí

leandro.andrade@ifmg.edu.br

Meryene de Carvalho Teixeira

Professora IFMG - *Campus* Bambuí

meryene.carvalho@ifmg.edu.br

**THE INCLUSION OF DEBATES ON EDUCATIONAL POLICIES THAT
EFFECTIVELY INTEGRATE THE CROSS-CUTTING TOPIC OF GENDER AND
SEXUALITY INTO THE PHYSICS DEGREE COURSE**

Ramon Santos Mariano

Estudante IFMG - *Campus* Bambuí

mariano.ramon92@gmail.com

Leandro Antônio de Andrade

Professor Substituto IFMG - *Campus* Bambuí

leandro.andrade@ifmg.edu.br

Meryene de Carvalho Teixeira

Professora IFMG - *Campus* Bambuí

meryene.carvalho@ifmg.edu.br

RESUMO

Entende-se a Educação como um direito garantido a todas as pessoas. No entanto, não se vê tão facilmente pessoas da comunidade LGBTQIA+, especialmente travestis e transexuais, frequentando o ambiente escolar. Dados mostram que estudantes que não se declaram heterossexuais sofrem violência verbal e até física, além de conviverem com situações de assédio moral e sexual dentro das escolas. Infelizmente, estes problemas contribuem com a evasão escolar por parte da comunidade LGBTQIA+. O presente trabalho se justifica devido ao aumento da visibilidade, conquistas e reivindicações por direitos da comunidade LGBTQIA+ no Brasil, sejam na área da saúde, segurança, lazer e, principalmente, na educação. Desta forma, é necessário atualizar tanto o profissional da educação quanto o formando em licenciatura sobre as mudanças nas legislações e trazer conhecimentos sobre diversos aspectos que envolvem a comunidade LGBTQIA+, em especial, os ligados à educação. O objetivo do trabalho foi inserir debates sobre políticas educacionais que incluam efetivamente o tema transversal gênero e sexualidade em disciplinas pedagógicas do curso de Licenciatura em Física, visando à aplicação, também, nos cursos de Ciências Biológicas e Educação Física do IFMG - *Campus Bambuí*. Para isso, elaborou-se um Plano de Aula com metodologia não convencional que se adaptasse a ementas curriculares de disciplinas dos três cursos. O plano de aula foi elaborado com a temática “Debate sobre o uso de banheiro por pessoas transexuais” e aplicado na disciplina “Educação Inclusiva e Diversidade”, utilizando a metodologia de júri simulado. Obteve-se êxito na aplicação do Plano de Aula, com participação dos discentes, que consideraram como positiva a maneira de dialogar sobre a temática, bem como importante o estudo sobre os direitos das pessoas LGBTQIA+ nos espaços institucionais para sua formação enquanto docentes.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Comunidade LGBTQIA+. Ementas Curriculares. Plano de Aula.

ABSTRACT

Education is understood as a right guaranteed to all people, however people from the LGBTQIA+ community, especially transvestites and transsexuals, are not so easily seen attending the school environment. Data shows that students who do not declare themselves heterosexual, suffer from verbal and physical violence, and still experience situations of moral and sexual harassment in schools. These problems contribute to school dropout rates among the LGBTQIA+ community. This work is justified due to the increased visibility, achievements and demands for rights of the LGBTQIA+ community in Brazil, whether in the areas of health, safety, leisure and especially education. In this way, it is necessary to update both the education professional and the undergraduate student on changes in legislation and bring knowledge about various aspects involving the LGBTQIA+ community, especially those linked to education. The objective of the work was to insert debates on educational policies that effectively include the transversal theme of gender and sexuality in pedagogical subjects of the Physics Degree course, also aiming for application in Biological Sciences and Physical Education courses at the IFMG Bambuí campus. To this end, a Lesson Plan was created with an unconventional methodology that adapted to the curricular syllabuses of the three courses. The lesson plan was prepared with the theme “Debate on the use of bathrooms by transgender people” and applied to the Inclusive Education and Diversity discipline using the mock jury methodology. There was success in the application of the Lesson Plan with the participation of students who considered the way of dialoguing on the topic to be positive, as well as the study of the rights of LGBTQIA+ people in institutional spaces for their training as teachers to be important.

Keywords: School inclusion. LGBTQIA+ community. Curricular syllabi. Class plan.

**A INSERÇÃO DE DEBATES SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS QUE
INCLUAM EFETIVAMENTE O TEMA TRANSVERSAL GÊNERO E
SEXUALIDADE NO CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Física do Instituto Federal
de Minas Gerais – *Campus* Bambuí para obtenção
do grau de Licenciado em Física.

Aprovado em 05 de fevereiro de 2024 pela banca examinadora:

Profa. Dra. Meryene de Carvalho Teixeira – IFMG - *Campus* Bambuí (orientadora)

Prof. Me. Leandro Antônio de Andrade (coorientador)

Prof. Dr. João Henrique Rodrigues – IFMG - *Campus* Bambuí

Prof. Dr. Samuel de Oliveira – IFMG - *Campus* Bambuí

1 INTRODUÇÃO

Entende-se a Educação como um direito garantido a todas as pessoas. No entanto, não se vê tão facilmente pessoas da comunidade LGBTQIA+, especialmente travestis e transexuais, frequentando o ambiente escolar, seja devido à violência verbal, física ou à falta de informações com relação a essa e outras parcelas dessa comunidade. Por causa desse problema e seus desdobramentos, surgiu a necessidade de incluir os debates de gênero e sexualidade nas disciplinas pedagógicas dos cursos de licenciatura do IFMG - *Campus* Bambuí por meio da criação e aplicação de um plano de aula, trazendo informações sobre as legislações que auxiliam na inserção, permanência e bem-estar de estudantes LGBTQIA+ nas escolas. Além disso, a elaboração de outros planos de aula sobre como se trabalhar gênero e sexualidade dentro do contexto escolar, para a aplicação direta e indireta na sala de aula em disciplinas específicas do *campus* Bambuí.

Estudantes que não se declaram heterossexuais sofrem desde violência verbal e física até situações de assédio moral e sexual dentro das escolas - problemas estes que contribuem com a evasão escolar por parte da comunidade LGBTQIA+. Segundo uma pesquisa feita em 2016 pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABGLT, 2016), 73% dos estudantes que não se declaram heterossexuais já sofreram agressão verbal nas escolas, e um a cada quatro desses discentes já sofreram agressão física nas escolas. Diante desta realidade, não é realmente necessário que os profissionais da educação recebam, mesmo que minimamente, capacitação para atender o público LGBTQIA+?

A abordagem do gênero, na escola, é uma questão de extrema importância. Leis, resoluções e instruções normativas são essenciais para incentivar a produção, aquisição, distribuição e utilização de materiais didáticos e paradidáticos que abordem as temáticas de gênero, sexualidade e diversidade, de forma crítica, reflexiva e não discriminatória, respeitando os princípios éticos, estéticos e políticos da educação nacional.

O ambiente escolar é um espaço fundamental para o desenvolvimento social e cognitivo dos indivíduos, e a inclusão de debates sobre políticas educacionais relacionadas ao tema transversal gênero e sexualidade se mostra essencial, vista a existência do bullying. Políticas educacionais que reconhecem e respeitam a identidade de gênero são essenciais para criar um ambiente escolar que promova a dignidade e a segurança de todos os estudantes, independentemente de sua identidade de gênero.

Assim, além de uma capacitação para os docentes, a inclusão da temática em disciplinas pedagógicas, por meio de uma análise de suas ementas, faz-se essencial para o estudo de gênero e sexualidade, visto que proporcionam uma estrutura sólida para o desenvolvimento de conteúdos, discussões e práticas pedagógicas relacionadas a esses temas, contribuindo para uma formação discente mais abrangente e inclusiva. Essas disciplinas criam um espaço dedicado ao diálogo aberto e à compreensão mútua, permitindo a discussão sobre os tópicos relacionados, possibilitando aos estudantes compartilharem suas experiências e perspectivas, promovendo um ambiente de aprendizado colaborativo e permitindo que desenvolvam uma compreensão aprofundada das complexidades desses temas, questionando estereótipos e preconceitos existentes.

2 OBJETIVO GERAL

O objetivo do trabalho foi inserir debates sobre políticas educacionais que incluam efetivamente o tema transversal gênero e sexualidade em disciplinas pedagógicas do curso de Licenciatura em Física, visando à aplicação, também, nos cursos de Ciências Biológicas e Educação Física do IFMG - *Campus* Bambuí.

2.1 Objetivos específicos

- Agrupar informações atualizadas sobre as questões de gênero e sexualidade para a comunidade acadêmica, desmistificando aspectos relacionados à abordagem de gênero e sexualidade no cotidiano escolar;
- Verificar as ementas das disciplinas pedagógicas que sejam passíveis de inserção efetiva da temática;
- Elaborar um Plano de Aula com metodologia não convencional e aplicar nas disciplinas didáticas dos cursos de licenciatura do IFMG - *Campus* Bambuí.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Abaixo, são apresentados os estudos bibliográficos referentes às temáticas abordadas neste trabalho, sendo as principais delas: gênero, sexualidade, políticas escolares, capacitação de docentes e ementas curriculares.

3.1 Conceitos de gêneros e sexualidades

Para iniciar com a definição de gênero, a definição de sexo também deve ser abordada, pois há uma aplicação, muitas vezes errônea, de ambas as palavras. A distinção entre sexo e gênero foi introduzida na psicanálise pelo psicanalista norte-americano Robert Stoller, visando a uma melhor compreensão da psicodinâmica do transexual. A partir de análises freudianas, Stoller aponta os aspectos de bissexualidade - o biológico e o psíquico - para, em seguida, examinar a dimensão biológica (sexo) por meio do estudo dos interssexuais, e a dimensão psíquica (gênero) pelo estudo dos transexuais (STOLLER, 1993).

Assim, a noção de sexo, referindo-se tanto aos órgãos reprodutores quanto às características cromossômicas e físicas, é um construto biológico. De acordo com Canella (2006, p.84), a diferenciação dos sexos começa biologicamente e, a partir desse ponto, a sociedade, o registro civil e as famílias se moldam conforme o reconhecimento sexual.

No que diz respeito à ideia de gênero, esta é estabelecida a partir de aspectos sociais que englobam a diferenciação social entre as pessoas, permitindo a construção e desconstrução. Isso ocorre a partir de padrões históricos e culturais que determinam comportamentos associados a mulheres e homens. Esse conceito abrange uma variedade de questões fundamentadas nos significados que indicam o que é ser mulher e o que é ser homem numa perspectiva binária (BUTLER, 2003).

O termo gênero surgiu por meio de mobilizações sociais organizadas pelos grupos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) em busca de seus direitos. Esses grupos enfrentam repressão social e violações de direitos, inclusive no âmbito educacional. Além dos grupos LGBT, destaca-se a discussão de gênero nos movimentos feministas, que almejam a conquista de direitos políticos e educacionais das mulheres em uma luta constante contra as desigualdades de gênero (SCOTT, 1995).

Em uma sociedade historicamente machista como a nossa, sempre houve uma distinção nítida entre homens e mulheres. Sempre foi predeterminado o que é adequado para meninas e o que é para meninos, sendo que, dentro dessa distinção, existem normas machistas,

sexistas e preconceituosas que resultam na reprodução das desigualdades de gênero. Nessa perspectiva, torna-se evidente que estamos sujeitos a normas de gênero e sexualidade que menosprezam e rejeitam todos aqueles que divergem do que foi previamente estabelecido (PINTO *et al.*, 2022).

O sexismo e os estereótipos de gênero colaboram para ditar o que homens e mulheres devem ser e fazer, influenciando comportamentos, inclusive no que diz respeito à sexualidade. Nesse contexto desigual, define-se que todas as pessoas devem ser heterossexuais, o que, evidentemente, não reflete a diversidade real da sexualidade (JUNQUEIRA, 2012).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define sexualidade como:

uma energia que nos motiva para encontrar amor, contato, ternura e intimidade; ela integra-se no modo como sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser-se sensual e ao mesmo tempo ser-se sexual. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2001).

Ainda, pensando em uma identidade sexual, conforme descrito por Louro (1997), a identidade (orientação) sexual se constitui, pois, através das formas como vivem a sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Ou seja, não existe apenas uma forma de vivenciar a sexualidade, mas diversas, que não são fixas, como a heterossexualidade, a homossexualidade e a bissexualidade.

Percebe-se, assim, uma distinção nas definições desses conceitos. No entanto, mesmo assim, eles acabam se entrelaçando quando se trata da construção da identidade, dos desejos e da autoconfiança. É crucial refletir sobre todos esses conceitos para evitar atitudes preconceituosas e a estigmatização relacionada às ideias de gênero (PINTO *et al.*, 2022).

3.2 A comunidade LGBTQIA+ e o ambiente escolar

Primeiramente, é necessário conhecer a comunidade LGBTQIA+, para, depois, entender e combater os problemas que afligem essas pessoas dentro e fora do ambiente escolar. A comunidade LGBTQIA+ se define pela sigla: L, para lésbicas; G, para gays; B, para bissexuais; T, para transexuais e travestis; Q, para pessoas que se identificam como Queer (o termo não representa, em si, uma orientação sexual em específico ou uma identidade de gênero definida, mas uma pessoa que pode pertencer ou não a todas ou a nenhuma das outras letras); I, para intersexuais; A, para assexuais; e o “+” representa todas as outras orientações sexuais não contidas na sigla, como: pansexual e outros ainda a surgirem (REIS, 2018).

Dentre tantas definições de siglas e conceitos relacionados a gênero e sexualidade, o entendimento deles faz-se importante para colaborar na diminuição do preconceito sofrido por esta população. Assim, o ambiente escolar se apresenta como um local ambíguo, pois, ao mesmo tempo que se apresenta como um espaço de desenvolvimento social e cognitivo dos indivíduos, tornando-se um local propício para a inclusão de debates sobre políticas educacionais relacionadas a tais temas, também se revela como um ambiente homotransfóbico (ROSA; HILLESHEIM; SILVA, 2023).

Os trabalhos de Meyer (2003) e Rivers (2011) destacam que essas agressões, muitas vezes, decorrem da falta de compreensão e aceitação das identidades de gênero e orientações sexuais diversas. A ausência de políticas educacionais inclusivas contribui para um ambiente hostil, impedindo o pleno desenvolvimento dos estudantes LGBTQIA+, visto que os jovens que vivenciam esse tipo de violência acabam tirando notas baixas e até abandonando a escola (KAMEL; PIMENTA, 2008).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2017), os casos de homotransfobia contra estudantes ocorrem dentro da escola, no entorno, no caminho e no ciberespaço. Ainda, segundo este estudo, a escola é o espaço de maior discriminação.

Pesquisas conduzidas por Eisenberg e Resnick (2016) indicam que estudantes transgêneros enfrentam desafios extremamente significativos em termos de bem-estar emocional, visto que o estigma, o preconceito e a discriminação contribuem para taxas elevadas de ansiedade, depressão e até mesmo pensamentos suicidas entre esses estudantes. Ainda, segundo Kosciw *et al.* (2017), a exclusão do ambiente escolar devido à identidade de gênero ou orientação sexual pode resultar em agravamento de problemas de saúde mental, isolamento social e menor realização educacional.

Diante dos desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+ nas escolas, torna-se evidente a necessidade de incorporar políticas educacionais inclusivas que contemplem efetivamente o tema transversal gênero e sexualidade. Pensando em corpos transvestigeneres, o espaço educacional esquece e invisibiliza a presença destes no processo educativo, pois segue perpetuando a discriminação quanto à identidade de gênero, nome social desses estudantes e uso de espaços como o banheiro. A segregação baseada no sexo biológico perpetua estereótipos prejudiciais, afetando a inclusão e o bem-estar desses discentes. As políticas educacionais devem evoluir para reconhecer e respeitar a identidade de gênero, garantindo a dignidade de todos os estudantes (SOUSA, 2022).

A implementação de espaços neutros e a desconstrução de normas binárias são essenciais para se criar ambientes escolares inclusivos e respeitosos.

3.3 A legislação que concerne à escola

Como visto nos tópicos anteriores, a abordagem das temáticas de gênero e sexualidade na escola é uma questão de extrema importância e, por isso, é respaldada por diversos documentos legais e diretrizes educacionais que serão descritos aqui.

A primeira legislação que aborda o tema é a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu, em seu artigo 3º, inciso IV, o compromisso com a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Portanto, a discriminação de gênero é vedada, promovendo a igualdade e a valorização da diversidade (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, é a legislação que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, reforçando o compromisso com a promoção da igualdade, proibindo qualquer forma de discriminação no ambiente escolar. Ela prevê a inclusão de temas relacionados a gênero no currículo, respeitando-se as diversidades (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1996).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), instituídos pelo Ministério da Educação (MEC), abordam, em seus temas transversais, a Orientação Sexual (BRASIL, 1998):

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista (BRASIL, 1998).

Em 2015, houve a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), outro documento fundamental que norteia a educação brasileira. Ela destaca a importância de abordar temas transversais, incluindo a questão de gênero, no currículo escolar. A BNCC propõe a formação de cidadãos críticos, éticos e cientes de suas responsabilidades sociais, o que inclui o entendimento e o respeito à diversidade de gênero, a fim de diminuir a desigualdade do sistema educacional brasileiro (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, 2015).

Ainda, prosseguindo a linha histórica, em 2015, houve uma tentativa de se criar uma resolução sobre o uso de banheiros por pessoas trans nas instituições de ensino, visto o

reconhecimento da necessidade da criação de ambientes inclusivos e respeitosos. No entanto, a não aprovação dessa resolução ressalta os desafios enfrentados na implementação de medidas que garantam plenamente os direitos das pessoas trans no âmbito educacional. Movimentos como "Libera Meu Xixi", muito frequentes em redes sociais como o *Instagram* e *Facebook*, demonstram a importância de conscientizar a sociedade sobre essas questões e reforçar a necessidade de políticas que assegurem a inclusão de todos, independentemente de sua identidade de gênero (FERRARI; BEZERRA; CASTRO, 2021).

Em 2023, o Brasil teve um grande avanço ao desenvolver a Resolução do Conselho Nacional dos Direitos LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+) nº 2, de 19 de setembro de 2023, que objetiva a criação de ambientes escolares inclusivos e respeitosos por meio da implementação de espaços neutros e da desconstrução de normas binárias. Esta resolução estabelece diretrizes para a promoção de ações educativas de sensibilização e formação continuada sobre diversidade sexual e de gênero. O seu foco é a prevenção e o enfrentamento de todas as formas de discriminação, violência, bullying, assédio, exclusão e evasão escolar decorrentes da transfobia. Além disso, a Resolução incentiva ativamente a produção, aquisição, distribuição e utilização de materiais didáticos e paradidáticos que abordem as temáticas de gênero, sexualidade e diversidade. Essa abordagem deve ser realizada de maneira crítica, reflexiva e não discriminatória, em conformidade com os princípios éticos, estéticos e políticos da educação nacional (BRASIL, 2023).

A resolução também promove a participação e o protagonismo de pessoas travestis, transexuais e não binárias nos espaços de gestão, decisão, representação e controle social das políticas educacionais. Além disso, destaca a importância da presença dessas pessoas nos processos de avaliação institucional e de regulação da educação superior (BRASIL, 2023).

A situação do uso do banheiro por pessoas trans nas instituições de ensino é citada como orientação na CNLGBTQIA+ 2023, artigo 5º: “Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade e/ou expressão de gênero de cada estudante” (BRASIL, 2023). Em outubro de 2023, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC, 2023) veio a público esclarecer que as Resoluções nº 1 e nº 2, aprovadas pelo CNLGBTQIA+ (2023), “são instrumentos que possuem caráter orientativo, de recomendações. Os referidos documentos não possuem força de lei, e vêm atualizar instrumentos que já existiam anteriormente (Resolução nº 11/2014 e nº 12/2015)”. Ou seja, ficam nítidos o incômodo e a continuidade da violação pelo direito do uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero das pessoas.

Pela Resolução nº 12, de 2015, que não está aprovada, a pessoa transexual, travesti e todas as outras que não têm sua identidade de gênero reconhecida socialmente não podem ser proibidas de usar o banheiro de acordo com a sua identidade de gênero. Este mesmo decreto também estabelece algumas normas com relação ao nome social (BRASIL, 2015).

3.4 Formação de docentes para inserção de debates sobre gênero e sexualidade

A formação de docentes para a inserção de debates sobre gênero e sexualidade é um tema crucial na educação contemporânea, uma vez que contribui para a construção de ambientes escolares mais inclusivos, respeitosos e sensíveis à diversidade. Este processo formativo visa capacitar os professores para abordar questões de gênero e sexualidade de maneira informada, crítica e respeitosa, promovendo a compreensão e aceitação da diversidade entre os estudantes (PEREIRA; PEREIRA; FELDENS, 2021).

Diante desse contexto, é de suma importância que a formação aborde a importância do diálogo aberto e da comunicação eficaz ao abordar questões sensíveis. Desenvolver habilidades de escuta ativa e empatia é essencial para se compreender as experiências individuais dos alunos. A sensibilização e a conscientização dos professores são cruciais para se criar ambientes inclusivos que promovam a participação ativa de todos os alunos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Essa abordagem é discutida por Butler (2003) em "Problemas de Gênero", ressaltando a importância de reconhecer e respeitar a diversidade.

Assim, a formação deve iniciar com uma sensibilização sobre a importância de serem abordadas questões de gênero e sexualidade na educação. Os docentes precisam compreender os impactos positivos de um ambiente escolar inclusivo e como isso contribui para o desenvolvimento integral dos alunos. Além disso, devem explorar estratégias pedagógicas que promovam a inclusão de diferentes perspectivas e experiências relacionadas a gênero e sexualidade no currículo escolar. A compreensão crítica dessas questões colabora para a promoção de uma educação que desafia normas sociais restritivas (HINKEL, 2023; TORRADA; COSTA RIBEIRO; RIZZA, 2021).

Portanto, é fundamental que os professores compreendam e questionem estereótipos de gênero e preconceitos relacionados à orientação sexual, promovendo uma educação que desafia normas sociais restritivas. Para isso, precisam estar cientes das leis e direitos relacionados à igualdade de gênero e à não discriminação com base na orientação

sexual. Afinal, conhecimento sobre políticas escolares inclusivas e proteções legais contribui para a criação de ambientes seguros (NASCIMENTO; AMORIN; SILVA, 2020).

Incentivar a colaboração entre docentes, equipe escolar, pais e comunidade é crucial para a formação de uma rede de apoio que fortaleça práticas inclusivas. Dessa forma, o professor deve saber trabalhar em conjunto, estar aberto a ideias e saber construir um bom diálogo, visto que, possivelmente, haverá ideias contrárias. A necessidade de diálogo aberto e comunicação efetiva ao abordar questões sensíveis é ressaltada por Freire (1996) e reforçada por Canclini (1995) em "Consumidores e Cidadãos", destacando como esses elementos são fundamentais para a construção de ambientes educacionais saudáveis.

O encorajamento de uma abordagem multidisciplinar, integrando temas de gênero e sexualidade em diversas disciplinas, promovendo uma compreensão holística dessas questões, é um ponto a se trabalhar. A abordagem multidisciplinar, discutida por Canclini (1995), integra temas de gênero e sexualidade em diversas disciplinas, promovendo uma compreensão holística dessas questões.

Paulo Freire, em sua obra "Pedagogia da Autonomia" (1996), destaca a importância da conscientização na prática educativa. A formação de docentes para debates sobre gênero e sexualidade deve envolver uma reflexão crítica sobre as estruturas sociais que perpetuam desigualdades.

A formação é uma etapa essencial para se criar um ambiente educacional que respeite e celebre a diversidade, preparando os alunos para uma participação ativa e consciente na sociedade. Essa abordagem contribui não apenas para a formação acadêmica, mas também para o desenvolvimento social e emocional dos estudantes. Os docentes devem aprender a selecionar e utilizar materiais didáticos que representem diversidade de gênero e orientação sexual, evitando estereótipos prejudiciais. Além disso, ter um currículo integrador e inclusivo nestas questões auxilia os docentes a organizarem os conteúdos a serem ministrados de forma mais acolhedora, inserindo práticas que respeitem a diversidade e evitem discriminação com base em gênero ou orientação sexual (HINKEL, 2023).

3.5 As ementas das disciplinas didáticas quanto ao estudo de gênero e sexualidade

A criação de ementas de disciplinas didáticas voltadas ao estudo de gênero e sexualidade é de extrema importância dentro do contexto educacional, visto que proporcionam uma estrutura sólida para o desenvolvimento de conteúdos, discussões e práticas pedagógicas relacionadas a esses temas, contribuindo para uma formação mais abrangente e inclusiva. Elas

criam um espaço dedicado ao diálogo aberto e à compreensão mútua, permitindo a discussão sobre os tópicos relacionados a gênero e sexualidade, possibilitando aos estudantes compartilharem suas experiências e perspectivas. Além disso, promovem um ambiente de aprendizado colaborativo e permitem que os discentes desenvolvam uma compreensão aprofundada das complexidades desses temas e questionem estereótipos e preconceitos existentes (SANTOS, 2022; SILVA; MARANI, 2022).

Ressalta-se, também, que a inclusão de disciplinas sobre gênero e sexualidade nas ementas demonstra o compromisso da instituição com a promoção da diversidade e a valorização de todas as identidades, criando um ambiente mais acolhedor para estudantes de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero (SILVA; MARANI, 2022).

Uma breve busca em bases de dados revela que diversas instituições de ensino já estão fazendo essa abordagem em currículos; porém, encontram-se mais facilmente artigos com relatos desta inserção em cursos das grandes áreas de Ciências Humanas e Ciências da Saúde (FERNANDES, 2021; SANTOS, 2020; SANTOS, 2022; SILVA; MARANI, 2022). Os cursos da grande área de Ciências Exatas não são alvos incisivos de mudanças curriculares para inserção deste olhar mais crítico, acolhedor e menos discriminatório.

A inclusão de disciplinas de gênero e sexualidade nas ementas atende a demandas sociais crescentes por uma educação mais inclusiva e respeitosa da diversidade. Alguns sistemas educacionais estão implementando políticas e legislações que destacam a importância da inclusão desses temas no currículo. Dois bons exemplos de disciplinas a serem aplicadas são:

- Estudos de Gênero e Sexualidade na Educação, com o objetivo de explorar as teorias e práticas relacionadas aos estudos de gênero e sexualidade no contexto educacional. Assim, é possível abordar as construções sociais de gênero, identidades sexuais, normas sociais, bem como estratégias pedagógicas inclusivas e respeitosas da diversidade. Para a sua construção, podem-se utilizar alguns materiais de apoio, tais como Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista, de Louro (1997); Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade, de Butler (2003);
- Educação para a Diversidade: Gênero e Sexualidade, que propõe uma análise crítica sobre as relações de gênero e sexualidade na sociedade e no ambiente educacional. Esta disciplina busca discutir estratégias para a promoção de uma educação inclusiva, respeitando a diversidade de

identidades de gênero e orientações sexuais. Os materiais de apoio para serem utilizados são: *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*, de Freire (1996); e *Relações de gênero e diversidade sexual na escola: a docência na minimização de preconceitos em tempos de “ideologia de gênero”*, de Silva, Neves e Mascarenhas (2019);

Ao fornecer estruturas educacionais dedicadas a esses temas, as instituições de ensino contribuem para o desenvolvimento integral de estudantes e educadores.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 Análise das ementas das disciplinas do curso de licenciatura em Física do IFMG - Bí (BILFISI - Física S-2020.1)

Para este trabalho, foram analisadas todas as disciplinas pertencentes à matriz curricular do curso de Licenciatura em Física do Instituto Federal de Minas Gerais - *Campus Bambuí*, seguindo o Projeto Pedagógico de Curso (2020), com o intuito de detectar aquelas com as quais poderia ser trabalhada a temática abordada neste trabalho. Para esta análise, foi realizada a leitura de cada um dos tópicos das ementas, sendo eles: ementa, objetivo geral e objetivos específicos.

A análise visou perceber em quais destas disciplinas o tema deste trabalho poderia ser abordado. Com base na leitura do texto de cada ementa, objetivou-se encontrar aquelas em que os critérios abaixo pudessem ser observados dentro do seu texto-base. Estes critérios levavam em consideração se, dentro da disciplina, poderia ser trabalhado algum dos seguintes temas:

- Legislação;
- Bem-estar do discente;
- Inclusão/ metodologias inclusivas;
- Questões sociais;
- Questões filosóficas;
- Formação de docentes;
- Práticas educacionais (exceto as específicas de física);
- Gestão educacional.

Após a identificação das disciplinas no curso de Licenciatura em Física, visando à aplicação do trabalho em todos os cursos de licenciatura do IFMG - *Campus* Bambuí, estendeu-se a análise para quais destas disciplinas são comuns aos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e em Educação Física.

Dentre as disciplinas analisadas, observou-se que a disciplina intitulada “Educação Inclusiva e Diversidade” permitia com mais veemência a inserção da temática, além de ser ministrada nos três cursos de licenciatura.

4.2 Criação do plano de aula para aplicação do conteúdo “Debate sobre o uso de banheiro por pessoas transexuais”

Com o intuito de formalizar a abordagem de temáticas de gênero e sexualidade de forma mais efetiva, foi elaborado um plano de aula para aplicação do conteúdo “Debate sobre o uso de banheiro por pessoas transexuais”, como uma ferramenta de auxílio ao docente. Esta temática foi escolhida por ser ainda um tema de relevante discussão e que não há uma resolução aprovada que assegure este direito.

Para a criação deste plano de aula, foram levadas em consideração leituras de artigos e da Resolução nº 12, de 2015 (BRASIL, 2015), bem como o tempo de duração de duas aulas geminadas.

Figura 1. Plano de Aula elaborado para aplicação da temática gênero e sexualidade levando em consideração o “Debate sobre o uso de banheiro por pessoas transexuais”.

PLANO DE AULA
Educação Inclusiva e Diversidade
IFMG - *campus* Bambuí

1. Professor:	
2. Disciplina: Educação Inclusiva e Diversidade	
3. Data:	4. Semestre: 2º semestre
5. Período: 4º	6. Horário: ____:____
7. Curso: Licenciatura em Física	
8. Carga Horária: 2 horas/aula	
9. Tema da aula	
Debate sobre o uso de banheiro por pessoas transexuais.	

10. Objetivos

Debater a respeito da resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015.

11. Justificativa

Embasando-se no texto da ementa da disciplina em questão, vê-se que ela possui como objetivo promover uma reflexão histórica e sociopolítica do processo educativo sobre a educação contemporânea e aspectos direcionados ao papel do professor.

Portanto, trabalhar com legislações que envolvam o uso do banheiro, vestiários e demais espaços segregados por gênero dentro do ambiente escolar, com foco em pessoas transexuais, travestis e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais, faz-se importante para os alunos de um curso de formação de professores, pois tem como objetivo acrescentar informações úteis ao cotidiano do futuro profissional da educação, além de contribuir para a discussão de outros temas transversais correlacionados ao tema e à disciplina, como: homofobia, violência de gênero, identidade de gênero, entre outros.

12. Conhecimentos prévios necessários

Leitura obrigatória pelos discentes da disciplina:

BRASIL. Resolução nº 12, de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNC/D/LGBT). Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

CARVALHO, G. P.; OLIVEIRA, A. S. Q. Gênero, transexualidade e educação reconhecimento e dificuldades para emancipação. **Revista Educação e Emancipação**, [S. l.], v. 10, n. 4, p. p.58–75, 2018.

MESQUITA, I. B.. O uso dos banheiros sociais pelos transgêneros, transexuais e travestis. **Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade**, 2018.

13. Competências a serem adquiridas pelos alunos

Ao final da aula, espera-se que o aluno possa compreender a importância da legislação trabalhada e conceitos sobre bem-estar e dignidade humana com relação ao ambiente escolar.

14. Metodologia e recursos didáticos

Consiste na criação de um debate sobre o uso do banheiro da escola e uso de uniforme para um aluno transexual, onde a turma será dividida em dois grupos, sendo um deles favorável ao aluno em questão, e outro, não. O professor será um mediador para ajudar os alunos a intercalar as falas e garantir a ordem durante a execução da atividade.

- Na aula que precede a atividade:

- I. passar aos discentes os textos-base para a leitura e preparação da atividade;
- II. informar aos alunos o funcionamento do júri simulado.

- No dia da atividade

Os **discentes deverão** ser separados de forma aleatória **em dois grupos**, sendo um favorável e o outro contra o direito básico garantido por lei do uso do banheiro em locais públicos, lembrando que a Resolução em questão, nº 12/2015, não está aprovada, porém será utilizada como base para o debate, uma vez que ela trata de sanar as situações apresentadas no debate.

Após a separação dos grupos, cada aluno deve escolher um papel para desempenhar dentro do júri, de acordo com o que está descrito na contextualização da atividade a seguir.

“Imagine a seguinte situação: um aluno vindo de outra cidade é transferido para a sua escola, pois, desta forma, o “protagonista” da história é alguém desconhecido naquele ambiente. Este aluno é um homem trans que ainda não passou por uma cirurgia de redesignação sexual. A escola na qual estamos poderá ser imaginada como um local regular, contendo muitas salas para as turmas, professores suficientes para as disciplinas, refeitório, quadra, um pátio para recreação, salas separadas para diretoria e secretaria, internet nos computadores da escola, dois banheiros para os alunos, situada em área urbana de uma cidade que você pode considerar média em consideração ao número de habitantes. Esta escola atende alunos do fundamental ao médio. Pode-se imaginar que, nesta escola, os banheiros possuem várias cabines para utilização, e a escola faz distinção de uniformes para os alunos de acordo com o sexo biológico; por sua vez, ela não sabe o que fazer com o aluno novo com relação ao banheiro, mas está exigindo o uso do uniforme destinado ao gênero feminino.

Diante deste contexto, se imagine como um desses possíveis papéis:

- um aluno desta escola;
- uma mãe, pai ou responsável por um aluno da escola;
- um funcionário qualquer desta instituição ou até mesmo um morador desta cidade.

O conflito ocorre devido ao fato de qual banheiro este aluno deve utilizar; o desconforto gerado pela imposição do uniforme e até mesmo pelo fato de pessoas se queixarem dele utilizar o mesmo banheiro dos outros alunos.”

Os grupos reunidos devem elaborar 3 perguntas ao outro grupo:

1. Início do debate:

I. No primeiro momento, cada grupo expõe um de seus argumentos e, depois, um membro do grupo contrário terá que contra-argumentar.

- Ex: O grupo A expõe um argumento e, em seguida, um membro do grupo B responde a esse argumento. Ao fim desse ciclo, se repete o processo de forma inversa: o grupo B expõe um argumento, e o grupo A se contrapõe, até que terminem as alegações.
- Cada grupo terá 1 minuto para expor a sua declaração, e o grupo que irá responder terá 2 minutos.

II. Cada grupo deverá fazer as perguntas, as quais foram previamente elaboradas no início da aula, ao grupo oposto, e o grupo que responde tem 3 minutos para isso.

2. Ao final dessas etapas, o professor dará seu parecer sobre a participação de cada aluno e a respeito do que foi discutido e deixará o espaço livre para que os alunos falem a respeito do que foi debatido, independentemente do lado que defendia.

15. Avaliação

Será realizada uma autoavaliação a partir da participação dos alunos.

16. Referências Bibliográficas

CARVALHO, G. P. de; OLIVEIRA, A. S. Q. de. Gênero, transexualidade e educação: reconhecimento e dificuldades para emancipação. **Revista Educação e Emancipação**, [S. l.], v. 10, n. 4, p. p.58–75, 2018. DOI: 10.18764/2358-4319.v10n4especialp58-75. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/8198>. Acesso em: 15 jul. 2022.

MESQUITA, Irlanda Brandão. **O uso dos banheiros sociais pelos transgêneros, transexuais e travestis**. Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade, v. 1, 2018.

Fonte: próprio autor (2023).

4.3 Autoavaliação e Questionário com Pesquisa de Opinião

Ao final da aplicação do Plano de Aula, foi pedido aos discentes que realizassem uma autoavaliação e que respondessem um questionário anônimo de opinião. Ambos deveriam ser enviados via e-mail ao professor regente até a próxima aula.

O questionário foi composto por cinco perguntas e um espaço aberto a qualquer tipo de comentário sobre a aula aplicada, com o intuito de avaliação dessa metodologia. Foram 3 perguntas discursivas e 2 objetivas.

O objetivo de ambos foi obter, de forma anônima, pelo autor deste trabalho, as opiniões acerca da metodologia utilizada para explanação do assunto.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico, são apresentados os resultados da aplicação do debate sobre o uso de banheiro por pessoas transexuais, os resultados obtidos do questionário enviado aos discentes, assim como as suas autoavaliações, sendo que estas avaliações foram feitas de forma qualitativa.

5.1 Possíveis disciplinas a serem implementadas as temáticas

Após análise das possíveis disciplinas do curso de Física para serem implantadas as temáticas, nove foram detectadas como potenciais de inserção dos debates sobre políticas educacionais que incluam efetivamente o tema transversal gênero e sexualidade. Elas podem ser visualizadas na Tabela 1.

Tabela 1. Disciplinas selecionadas da matriz curricular BILFISI - Física S-2020.1

Período	Cód.	Disciplina
1	BiSuHSF.105	Fundamentos Filosóficos da Educação
1	BiSuHSF.106	Sociologia da Educação
2	BiSuPED.102	Didática
2	BiSuPED.103	Educação e Realidade Brasileira
2	BiSuPED.105	Estrutura e Funcionamento do Ensino
3	BiSuPRI.102	Psicologia da Educação
4	BiSuPED.104	Educação Inclusiva e Diversidade
5	BiSuPED.106	Gestão Educacional
6	BiSuPED.101	Currículo e Avaliação em Educação

Fonte: próprio autor (2023).

A fim de estender o conteúdo para os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Educação Física, observou-se que as disciplinas apresentadas na Tabela 2 são ministradas também no curso de Ciências Biológicas, e, na Tabela 3, estão as disciplinas ministradas também no curso de Educação Física.

Tabela 2. Disciplinas convergentes das matrizes curriculares dos cursos de BILFISI - Física S-2020.1 e BILCBIO - Ciências Biológicas S-2020.1.

Período	Cód.	Disciplina
1	BiSuPED.103	Educação e Realidade Brasileira
2	BiSuPED.105	Estrutura e Funcionamento do Ensino
2	BiSuHSF.105	Fundamentos Filosóficos da Educação
3	BiSuPED.104	Educação Inclusiva e Diversidade
4	BiSuPED.102	Didática
5	BiSuPED.101	Currículo e Avaliação em Educação
7	BiSuPRI.102	Psicologia da Educação
8	BiSuPED.106	Gestão Educacional

Fonte: próprio autor (2023).

Tabela 3. Disciplinas convergentes das matrizes curriculares dos cursos de BILFISI - Física S-2020.1 e Curso de Licenciatura em Educação Física.

Período	Cód.	Disciplina
1	BiSuHSF.105	Fundamentos Filosóficos da Educação
1	BiSuHSF.106	Sociologia da Educação
4	BiSuPED.102	Didática
5	BiSuPRI.102	Psicologia da Educação
6	BiSuPED.104	Educação Inclusiva e Diversidade

Fonte: próprio autor (2023).

Dentre as disciplinas analisadas, observou-se, com base no texto de sua ementa, que a disciplina intitulada “Educação Inclusiva e Diversidade” permite com mais veemência a inserção da temática, além de ser ministrada nos três cursos de licenciatura.

5.2 Plano de Aula “Debate sobre o uso de banheiro por pessoas transexuais”

O plano de aula elaborado foi aplicado na disciplina “Educação Inclusiva e Diversidade” para a turma do curso de Licenciatura em Física. Observou-se que, nesta turma, havia estudantes dos cursos de Ciências Biológicas, Educação Física e também do curso de Medicina Veterinária, uma vez que esta é uma disciplina eletiva para tal curso.

Percebe-se que o Plano de Aula apresenta todos os passos e leituras necessárias para que o docente, mesmo não tendo tanto conhecimento sobre o assunto, possa utilizar dessa metodologia para aplicação da temática. Segundo Ponte, Quaresma e Pereira (2015), uma boa aula depende de variados fatores, que envolvem seus atores, docente e discentes. Os autores colocam que a capacidade de improviso e de resposta a situações inesperadas por parte do professor é decisiva, mas que isso não diminui a importância de uma preparação adequada da aula, que proporcione os elementos fundamentais para o seu desenvolvimento, a serem, depois, ajustados de acordo com as necessidades ditadas pelo evoluir dos acontecimentos.

5.3 Aplicação do Plano de Aula: observações durante o debate

Os grupos estavam, inicialmente, tímidos, mas logo começaram a conversar entre si. No momento inicial, os participantes teriam de formular argumentos ao grupo contrário; por isso, foi necessário ceder mais tempo do que o determinado no começo da atividade.

O debate iniciou com a mediação da pessoa responsável pela aula, sendo determinado aos estudantes o tempo que tinham para cada etapa.

Foram levantadas questões sobre influências positivas e negativas para os outros indivíduos pertencentes à escola fictícia, bullying, violência física e verbal, estrutura da escola, intervenções juntamente com os responsáveis pelos estudantes, pobreza menstrual, bem-estar e qualidade **de vida para toda a comunidade escolar**.

Foi observado que, em alguns momentos, os grupos se dispersavam na dinâmica de interpretar alguma situação com respostas completamente desconexas ao que foi perguntado, mas, tendo em vista que era uma visão do discente de como uma pessoa contrária ou favorável à situação responderia naquela situação, até esses momentos foram proveitosos, pois demonstravam a boa participação e o esforço de se imaginar no lugar de outra pessoa sendo confrontada. Apenas um indivíduo não leu ou respondeu alguma pergunta.

Destacam-se do debate as perguntas e respostas sobre pobreza menstrual, respostas assertivas, diretas e coerentes de ambos os lados, podendo, também, ser ressaltados os momentos em que se utilizou o texto-base da legislação trabalhada como argumentação para defender os interesses de pessoas transsexuais, assim como o uso adequado do uniforme.

Durante a etapa de livre argumentação, na qual estavam liberados para defender o ponto de vista que bem quisessem, não houve a participação verbal de todos, mas os presentes estavam concentrados nas discussões durante esse tempo. Diversos tópicos foram destacados pelos estudantes, os quais fizeram comentários sobre a própria participação no debate, reforçando pontos importantes explanados.

Ao final, a turma chegou a um consenso de que esta temática - de uso do banheiro por pessoas transexuais - ou outras relacionadas à preservação de grupos minoritários dentro do ambiente escolar são fundamentais para a formação profissional dos ali presentes, pois poderiam, mesmo que de forma superficial, prepará-los para situações reais. Esse argumento se sustenta com as respostas obtidas por meio do questionário enviado posteriormente aos discentes.

5.4 Autoavaliação

A autoavaliação foi aplicada e todos os estudantes responderam. Em resumo, os principais pontos destacados foram: a imersão nos personagens interpretados pelos discentes; a própria participação na formulação e respostas das perguntas; a qualidade dos questionamentos levantados; e, principalmente, que deveria haver mais práticas como a abordada dentro das

disciplinas, tanto para o enriquecimento do tema da diversidade e sexualidade quanto como forma de melhor preparo para atividades semelhantes a esta ou para o enfrentamento de situações reais similares à tratada em sala de aula.

Alguns discentes pediram mais aulas com a temática gênero e sexualidade. Argumentaram que o tema ainda é visto como um tabu pela sociedade, e alguns termos podem gerar confusão na cabeça de muitas pessoas. Dessa forma, assuntos introdutórios ajudariam a quebrar o estigma dentro da temática, além de colaborar de forma positiva para as suas futuras formações docentes.

5.5 Questionário

O questionário foi composto por cinco perguntas e um espaço aberto a qualquer tipo de comentário sobre a aula aplicada, sendo três perguntas qualitativas e duas quantitativas.

A primeira pergunta foi: “Qual sua opinião sobre a forma como o debate foi aplicado? Você acha que foi interessante ou confusa? Justifique”.

Em destaque, ficam os comentários a respeito da importância do tema para a formação dos discentes, sendo importante ressaltar a seguinte resposta:

“Interessante, pois algumas pessoas q tinham opiniões já formadas, foram "obrigadas" a enxergar o outro lado e ter outro posicionamento [SIC]”.

Este comentário mostra a importância da divisão aleatória dos estudantes que tiveram que estudar, talvez, uma postura contrária ao seu entendimento.

A segunda questão foi elaborada pensando em avaliar a maneira não convencional de ministrar uma aula. Muitas vezes, os estudantes estão acomodados/adaptados ao sistema bancário de ensino, que, ao promover o sistema de Ensino Libertador ou Problematizador, eles não se interessam e acabam por não aprovar (FREIRE, 1987). A pergunta foi: “Você prefere aulas relacionadas à temática abordada de forma não convencional (debate, júri simulado, estudo de caso, seminários) referentes ao cotidiano, ou de forma tradicional, com aulas expositivas? Justifique”.

Todas as respostas apontaram para dinâmicas que fogem da aula tradicional para temas não tradicionais, pois favorecem a melhor participação e empenho dos participantes. Muitos relataram que, de alguma forma, a abordagem do tema do uso do banheiro por pessoas

transexuais contribui para o preparo de uma futura situação semelhante na vida real, no exercício de suas futuras profissões, e para o reconhecimento das identidades de gênero, no geral.

Uma resposta chamou a atenção:

“acho que esse tipo de aula tem que ser ministrada seguindo o que esta estabelecido a respeito por lei a respeito do tema uma vez que precisamos nos fundamentar em leis e normas para agirmos diante das situações dentro de uma escola e não seguindo a nossa ideologia [SIC]”.

Observa-se, por este comentário, a importância de documentos legais e diretrizes educacionais que respaldem o docente a trabalhar temáticas tão necessárias. Além disso, fica nítido o incômodo que tais assuntos podem gerar a pessoas ainda com algum tipo de preconceito.

A terceira questão discursiva foi: “A nossa aula falando sobre o uso de banheiros para pessoas transexuais” foi uma aplicação da Resolução nº 12, de janeiro de 2015, que diz que a pessoa transexual, travesti e todas as outras que não têm sua identidade de gênero reconhecida socialmente não podem ser proibidas de usar o banheiro de acordo com a sua identidade de gênero. Qual a importância de se falar, dentro da sala de aula, sobre esse assunto, tendo em vista a sua futura formação como professor?”

A maioria das respostas, quase em sua totalidade, foram positivas, alegando ser necessário o debate sobre assuntos de gênero e sexualidade. No entanto, mais uma vez, uma resposta destoou das demais:

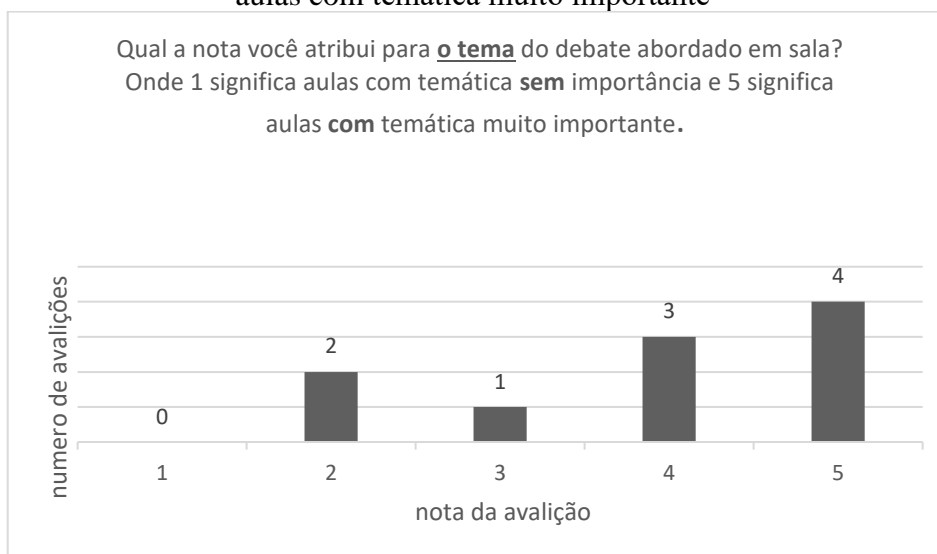
“É importante falar sobre os diversos casos que podemos encontrar em uma escola, principalmente dentro de uma sala de aula, contudo deve ser bem planejado esse dialogo principalmente se tratando de temas controversos como esse, podemos pegar com exemplo o caso do Briggite Lucia, que dizia ser homem homossexual, depois começou a dizer-se trans mesmo sem nenhum traço feminino e ameaçou bater em uma mulher que pediu pro mesmo se retirar do banheiro por se sentir incomodada em usar um banheiro junto com um homem barbado vestido com roupa feminina, então acho que esse debate deveria ser melhor preparado e deveria ter sido passado conteúdos a respeito do tema antes do debate[SIC]”.

Conforme colocado no Plano de Aula, foi pedida a leitura de três referenciais, e o esquema da aula sobre o júri foi previamente explicado em aula anterior. Falas assim mostram

a necessidade de mais debates e mais diálogos referentes às temáticas gênero e sexualidade, direitos humanos e espaços inclusivos.

A quarta pergunta foi: “Qual nota você atribui para o tema do debate abordado em sala? Onde 1 significa aulas com temática sem importância, e 5 significa aulas com temática muito importante”. As respostas obtidas seguem abaixo, no Gráfico 1.

Gráfico 1. Avaliação dos discentes para a pergunta “Qual a nota você atribui para o tema do debate abordado em sala? Onde 1 significa aulas com temática sem importância, e 5 significa aulas com temática muito importante”



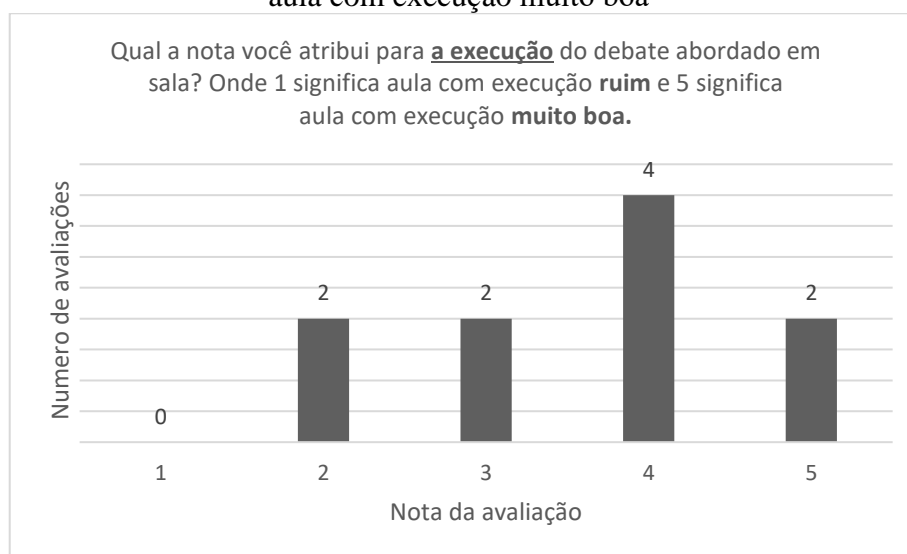
Fonte: próprio autor (2023).

OBS.: as palavras NÚMERO E AVALIAÇÃO ESTÃO ERRADAS (GRÁFICO)

Pode-se notar que a maioria dos estudantes atribuíram notas satisfatórias para a temática do debate, demonstrando a importância de se trazer tais conteúdos para a sala de aula.

A quinta pergunta foi “Qual nota você atribui para a execução do debate abordado em sala? Onde 1 significa aula com execução ruim, e 5 significa aula com execução muito boa”. As respostas obtidas estão contidas no Gráfico 2.

Gráfico 2. Avaliação dos discentes para a pergunta “Qual nota você atribui para a execução do debate abordado em sala? Onde 1 significa aula com execução ruim, e 5 significa aula com execução muito boa”



Fonte: próprio autor (2023).

OBS.: a palavra NÚMERO ESTÁ ERRADA (GRÁFICO)

Observa-se, também, que a maioria das respostas aponta como boa a execução do júri simulado. Conforme apontado por Ponte, Quaresma e Pereira (2015), a aplicação de um Plano de Aula é necessária e não significa que é imutável. Os ajustes deverão ser realizados de acordo com as necessidades ditadas pelo evoluir dos acontecimentos.

6 CONCLUSÃO

Com este trabalho, pretende-se mostrar a importância de se inserir, de forma efetiva, a temática transversal “gênero e sexualidade” dentro das disciplinas pedagógicas, filosóficas e didáticas do curso de Licenciatura em Física, uma vez que existem legislações que deveriam ser estudadas em um curso de formação de profissionais da educação. Tais estudos, além de preparar os discentes em formação, de modo a expô-los a assuntos que, muitas vezes, não teriam outras oportunidades de ouvir, também permitem a obtenção de conhecimento de maneira interativa e por relatos dos próprios colegas.

A criação de Planos de Aulas serve como material de apoio para todos os docentes, pois eles contêm informações úteis e atualizadas sobre a temática abordada neste trabalho. A inclusão é um tema importante, que deve sempre ser estudado e abordado em sala de aula, de forma a estimular a busca por mais conhecimentos sobre o assunto, agindo como uma

ferramenta fundamental para minimizar o preconceito. O desconhecido gera medo, dúvida e a exclusão daquilo que julgamos fora dos padrões.

Conclui-se que as nove disciplinas selecionadas com base no texto de suas ementas e nos parâmetros utilizados para a sua determinação possuem abertura para se trabalhar os materiais desenvolvidos durante a execução deste trabalho; e não somente isso, mas toda e qualquer situação que envolva gênero ou outras questões sociais.

A construção deste material foi importante e fundamental, pois se trata de um assunto atual, que não é somente sobre gostar ou não da tratativa de gênero ou sexualidade dentro das escolas; vai além: é uma questão de bem-estar e qualidade de vida para todo o ecossistema escolar.

7 PERSPECTIVAS FUTURAS

Com os resultados obtidos por meio deste trabalho, sendo considerada positiva a aplicação do Plano de Aula sobre “Debate sobre o uso de banheiro por pessoas transexuais”, planejam-se elaborar três outros planos com as seguintes temáticas:

- “O que é violência de gênero?”;
- “Evasão e invisibilidade de pessoas transexuais no ensino”;
- “Legislação sobre gênero e sexualidade voltada para o ambiente escolar”.

Tais Planos de Aula serão disponibilizados aos docentes das disciplinas correlatas, apresentadas em tópicos anteriores.

REFERÊNCIAS

ABGLT. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais.** Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf> . Acesso em: 19 dez. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>.
Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos: Orientação Sexual / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-10-6-temas-transversais-orientacao-sexual.pdf> . Acesso em: 12 jan. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 12, de janeiro de 2015**, do Conselho Nacional de Combate à discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCN/LGBT).Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais -e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais -nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. Disponível em <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012> Acesso em 13 dez. 2023.

BRASIL. **Resolução CNLGBTQIA+ nº 2, de 19 de setembro de 2023**. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis, mulheres e homens transexuais, e pessoas transmasculinas e não binárias - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2023/09/27/dou-resolucoes-cnlgbtqia-n-1-e-2-de-19-de-setembro-de-2023-final.pdf> Acesso em: 13 jan. 2024.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e Cidadãos: Conflitos Multiculturais da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1995.

CANELLA, P. R. B. Sexo, sexualidade e gênero. **Revista brasileira de sexualidade humana**, v. 17, n. 1, p. 81-100, 2006. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/445 . Acesso em:16 jan. 2024.

EISENBERG, M. E.; RESNICK, M. D. Suicidality Among Gay, Lesbian, and Bisexual Youth: The Role of Protective Factors. **Journal of Adolescent Health**, v. 39, n. 5, p. 662-668, 2016.

FERRARI, A.; BEZERRA, C. DOS S.; DE CASTRO, R. P.. Tensões e enfrentamentos na campanha ‘libera meu xixi’ e a presença de pessoas trans na universidade. **Diversidade E Educação**, v. 8, n. 2, p. 21–45, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/12049>. Acesso em: 11 jan. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. (o mundo, hoje, vol. 21).

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HINKEL, J. **Testosterona, Bruxas e Preservativos: contribuições de propostas de ensino sobre gênero e sexualidade voltadas ao ensino de química**. 2023. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/252174/PECT0557-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 15 dez. 2023.

JUNQUEIRA, R. D.. **A Pedagogia do Armário**: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. Revista Educação On-line PUC, Rio de Janeiro, n. 10, p. 64-83, 2012.

KAMEL, L.; PIMENTA, C. **Diversidade sexual nas escolas**: o que os profissionais de educação precisam saber. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

KOSCIW, J. G., et al.. **The 2017 National School Climate Survey**: The experiences of lesbian, gay, bisexual, transgender, and queer youth in our nation's schools. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós estruturalista Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36.

MDHC. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Nota sobre resoluções do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/nota-2013-mentiras-sobre-resolucoes-do-conselho-nacional-dos-direitos-das-pessoas-lgbtqia> . Acesso em: 13 jan. 2024.

MEYER, I. H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. **Psychological bulletin**, v. 129, n 5, p. 674, 2003.

NASCIMENTO, R. B.; AMORIN, M. M. T.; SILVA, E. C. R.. O uso de oficina pedagógica na mediação de conflitos causados por estereótipos de gênero e sexualidade na escola: reflexões a partir de um relato de experiência. **Revista Pesquisas E Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 2, p. 1–19, 2020. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e3167 . Acesso em: 13 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial da Saúde - Saúde Mental**: Nova concepção, Nova Esperança. Lisboa: Direção-Geral da Saúde, 2001.

PEREIRA, B. O. A violência na escola – formas de prevenção. In. B. Pereira, A. P. Pinto (eds), **A escola e a criança em risco** – intervir para prevenir, Edições Asa, 17-30, 2002.

PEREIRA, M. D.; PEREIRA, M. D.; FELDENS, D. G.. Questões de gênero e sexualidade em sua dimensão pragmática com a educação na contemporaneidade. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 9, n. 2, p. 6–16, 2021. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/8999> . Acesso em: 12 dez. 2023.

PINTO, A. S.. **Diálogos entre lugares**: educação, literatura e memória / organizadores: Auxiliadora dos Santos Pinto ... [et al.]. – 2. ed. – Porto Velho: Temática Editora, 2022.

PONTE, J. P.; QUARESMA, M.; MATA-PEREIRA, J. É mesmo necessário fazer planos de aula?. **Educação e Matemática**, v. 133, p. 26-35, maio/jun. 2015.

REIS, T., org. **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf> . Acesso em: 17 dez. 2023.

RIVERS, I. Homophobic bullying: Research and theoretical perspectives. **Oxford Review of Education**, v. 37, n. 5, p. 546-561, 2011.

ROSA, R. T.; HILLESHEIM, B.; SILVA, M. L.. A escola e a produção de corpos abjetos: acoplamentos bio-necropolíticos. **Revista Criar Educação**, v. 12, n. 1, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/7596> . Acesso em: 15 dez. 2023.

SANTOS, L. B. A. **Gênero e sexualidade em educação: um mapeamento das teses e dissertações do norte e nordeste brasileiro**. 2020. Dissertação (mestrado em educação) - Universidade Federal de Sergipe. 2020.

SANTOS, M. C. G.. Didática, gênero, sexualidade: contribuições à formação docente. **Revista Tópicos Educacionais**, v. 28, n. 2, p. 20-44, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6727/672774364002/672774364002.pdf> . Acesso em: 05 jan. 2024.

SCOTT, J.. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 15 jan. 2024.

SILVA, G. G. M; MARANI, V. H.. Gênero, sexualidade e educação física: reflexões acerca do currículo em universidades federais brasileiras. **Revista Espaço do Currículo**, v. 15, n. 3, p1, 2022. Disponível em: <https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A8%3A5708104/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Agcd%3A161197033&crl=c> . Acesso em: 04 jan. 2024.

SILVA, A. R. P.; NEVES, A. L. M.; MASCARENHAS, S. A. N.. Relações de gênero e diversidade sexual na escola: a docência na minimização de preconceitos em tempos de “ideologia de gênero”. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 24, n. 3, 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268088234.pdf> . Acesso em: 12 jan. 2024.

SOUSA, B. P. **Pessoas trans e travestis na escola: problemáticas diante dos impactos psicossociais no espaço educacional**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, Juazeiro do Norte – CE, 2022. Disponível em: <https://sis.unileao.edu.br/uploads/3/PSICOLOGIA/P1555.pdf> . Acesso em: 17 dez. 2023.

STOLLER, R. J.. **Masculinidade e feminilidade** (apresentações de gênero). Porto Alegre. Artmed, 1993.

TORRADA, L.; COSTA RIBEIRO, P. R.; RIZZA, J. L.. Estratégias de resistência possibilitando o debate de gênero e sexualidade na escola. **Revista Contexto & Educação**, v. 35, n. 111, p. 46–63, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/9088> . Acesso em: 12 dez. 2023.

UNESCO. Jogo aberto: respostas do setor de educação à violência com base na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero. **Relatório conciso**. 2017. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244652_por. Acesso em: 6 jan. 2024.